



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**INFORMAÇÃO, POLÍTICA E PODER: 20 ANOS DO CONCEITO DE
“REGIME DE INFORMAÇÃO” EM MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ**

**INFORMATION, POLITICS AND POWER: 20 YEARS OF THE CONCEPT OF “REGIME OF
INFORMATION”
IN MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ**

Thiara dos Santos Alves - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arthur Coelho Bezerra - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Tendo como mote os 20 anos de pesquisas e publicações da filósofa Maria Nélida González de Gómez sobre o conceito de “regime de informação”, tema amplamente estudado por pesquisadores em Ciência da Informação, o principal objetivo do presente estudo histórico-epistemológico é destacar as contribuições de autores que se dedicaram aos estudos de regimes de informação e de políticas de informação, como Bernd Frohmann, Sandra Braman e Hamid Ekbia, para as reflexões desenvolvidas por González de Gómez sobre o tema. Após discorrer sobre a produção destes autores e as suas propostas teóricas, apresentamos, a partir de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, as concepções e genealogias que González de Gómez vem desenvolvendo, ao longo dos últimos 20 anos, sobre o conceito de “regime de informação”, entendido como um recurso interpretativo para investigar as relações entre informação, política e poder, nas quais se destaca, também, a influência do pensamento de Michel Foucault. Nas considerações finais, é destacada a relevância de González de Gómez para o desenvolvimento e a difusão do conceito no Brasil.

Palavras-Chave: Regime de informação; Regimes de informação; Maria Nélida González de Gómez; Poder; Política da informação.

Abstract: Based on the 20 years of research and publications by philosopher Maria Nélida González de Gómez on the concept of “regime of information”, a theme widely studied by researchers in Information Science, the main objective of this historical-epistemological study is to highlight the contributions from authors dedicated to the study of information regimes and information policies, such as Bernd Frohmann, Sandra Braman and Hamid Ekbia, for the reflections developed by González de Gómez on the subject. After discussing the production of these authors and their theoretical proposals, we present, from a bibliographical research with a qualitative approach, the conceptions and genealogies that González de Gómez has been developing, over the last 20 years, about the concept of “regime of information”, understood as an interpretative resource to investigate the relations between information, politics and power, which also highlights the influence of Michel Foucault's thought. In the concluding remarks, the relevance of González de Gómez for the development and diffusion of the concept in Brazil is highlighted.

Keywords: Regime of information; Information regimes; Maria Nélida González de Gómez; Power; Information Policy.

1 INTRODUÇÃO

No *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* (PINHEIRO; FERREZ, 2014), o termo “regime de informação” aparece como uma subárea do grupo “Políticas e ações de informação”, pertencente à subclasse “Transferência e acesso à informação”, que, por sua vez, está inserida na classe denominada “Comunicação e acesso à informação”. Até onde pudemos investigar, a expressão “regime de informação” surge na bibliografia científica brasileira em uma publicação de 1999 da filósofa e pesquisadora argentina (radicada no Brasil) Maria Nélide González de Gómez¹. No referido artigo, intitulado “O caráter seletivo das ações de informação”, a autora esclarece que o “conceito de regime de informação, de inspiração foucaultiana, nos permite falar de política e de poder sem ficarmos restritos ao Estado e as Políticas Públicas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.27).

Vinte anos e muitas publicações depois, González de Gómez segue desenvolvendo reflexões sobre o que atualmente chama de “genealogia dos regimes de informação”, destacando que a visibilidade do cenário histórico que contextualiza os usos do conceito de regime de informação permite atualizar as discussões acerca das arquiteturas regulatórias das sociedades contemporâneas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019).

No currículo lattes da pesquisadora², consultado em julho de 2019, estão discriminados 41 artigos completos em periódicos, 21 capítulos de livros e 31 trabalhos completos em anais de congressos. Dentre estes 93 itens da produção da autora, verificamos que se encontram disponíveis, na internet, 35 artigos completos em periódicos, 8 capítulos de livros e 19 trabalhos completos em anais de congressos. Esse material de pesquisa totaliza 62 publicações e, entre estas, o termo “regime de informação” está presente em 20 artigos completos em periódicos, 3 capítulos de livros e 3 trabalhos completos em anais de congressos.

A análise qualitativa da produção bibliográfica da filósofa revela uma aproximação com diversos autores cujos pensamentos são fundamentais para o seu desenvolvimento do conceito de “regime de informação”. Dentre estes, destaca-se, de modo mais amplo, a influência teórica de filósofos e sociólogos franceses, tais como

¹ O conceito, conforme a própria autora reconhece, é originalmente usado, em 1995, pelo filósofo Bernd Frohmann, que se tornaria um dos principais interlocutores teóricos da autora.

² Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3087665610359216>>. Acesso em: jul. 2019.

Michel Foucault, Bruno Latour e Michel Callon. De modo mais específico, sobressaem os diálogos de González de Gómez com Bernd Frohmann, Sandra Braman e Hamid Ekbia, autores que se debruçam mais particularmente sobre a temática de regimes e políticas de informação.

Os autores de referência específica, mencionados anteriormente, foram o ponto de partida do percurso investigativo histórico-epistemológico que ensejou o presente trabalho, cujo principal objetivo foi destacar as contribuições destes autores para o desenvolvimento das pesquisas de González de Gómez sobre o conceito de “regime de informação”. Neste sentido, apresentamos, nas próximas páginas, os contornos deste conceito na perspectiva de Frohmann, Braman e Ekbia, para, então, trazermos à baila as reflexões sobre o tema desenvolvidas por González de Gómez ao longo dos últimos vinte anos.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO POR FROHMANN: UMA APLICAÇÃO DA TEORIA ATOR-REDE

Bernd Frohmann (1995) sugere que a Ciência da Informação e da Biblioteca (*Library and Information Science*) impôs limitações específicas para os estudos sobre a política da informação. O autor apresenta, primeiramente, duas limitações: a interpretação da política de informação como uma espécie de política governamental para os documentos do governo e a restrição dos estudos de política de informação ao problema governamental (geralmente norte-americano) de produção, organização e disseminação da informação científica e tecnológica. Estas limitações, institucional e disciplinar, restringiriam o alcance e adoção das políticas de informação aos agentes governamentais.

Frohmann denuncia, nesse contexto, as limitações do entendimento da informação apenas como *commodity* e das questões instrumentais das discussões sobre políticas de informação (FROHMANN, 1995), em grande parte voltadas para a maximização técnica e gerenciamento do fluxo eficiente de informação do governo e de ciência e tecnologia. Além disso, o autor aponta que:

[...] o foco em problemas instrumentais e epistemológicos disciplinares desviaram as pesquisas de política de informação das questões de como o poder é exercido nas e por meio das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio da informação é alcançado e mantido por grupos específicos e como específicas formas de

dominação [...] estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMANN, 1995, tradução nossa).

Mesmo sem a atuação direta do governo, é possível observar a ocorrência do exercício do poder e do controle da informação. Segundo Frohmann (1995), o sistema, ou a rede, em que a informação flui (infovia) por meio de formas, estruturas, produtores, usuários ou consumidores – todos estes sendo elementos ou nós da rede de informação – pode ser chamado de regime de informação. Nas palavras do autor, regime de informação é:

[...] qualquer *sistema* ou *rede* mais ou menos estável, em que a informação flui por meio de determinados canais – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos [...]. O rádio e a televisão, a distribuição de filmes, a publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiras, a emergente infovia: todos esses são nós das redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação (FROHMANN, 1995, tradução nossa).

Frohmann (1995) considera que o objetivo legítimo e premente para os estudos em política de informação seria a representação perspicaz dos regimes de informação através do estudo sobre como estes se originam e se estabelecem, como determinam relações sociais, quais são as formas específicas de poder exercidas sobre eles e através deles. Portanto, o detalhamento de uma política de informação seria a descrição da genealogia de um regime de informação, uma vez que se leva em consideração que tal política é construída e desconstruída frequentemente nas práticas sociais complexas e interativas (FROMANN, 1995).

Deste modo, as pesquisas em política de informação transcendem as estreitas concepções disciplinares da Ciência da Informação e da Biblioteca. Estas pesquisas também não se limitam a estudar instrumentos ou documentos de política de informação e seus efeitos, pois aqueles são apenas um dos elementos de um regime de informação. A complexidade de um regime de informação não permite o representar como um fluxo suave de etapas caracterizadas pela percepção de questões, seguidas pela formulação de políticas e sucessiva implementação destas, que resultariam em nova percepção de questões. Ao contrário, “descrever um regime de informação significa traçar os processos agonísticos que resultam em tentativas de desconfortáveis estabilizações de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995, tradução nossa).

Frohmann (1995) aponta a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour e Michel Callon, como um recurso analítico de mediação para os estudos de política de informação, a partir da noção de regime de informação. Tal teoria foi elaborada para analisar recursos científicos e tecnológicos. Seu diferencial consiste na recusa de reduzir as explicações a categorias distintas (naturais, sociais ou discursivas), mas em considerar o significado de cada categoria de análise como elementos heterogêneos, um artefato híbrido (ao mesmo tempo natural, social e discursivo), que interage (muitas vezes de forma conflitiva, a qual precisa de negociações), na prática, como um agregado de atores em uma rede. Latour (2008) entende o social como uma agregação e não como o estado de coisas: “[...] definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOURE, 2008, p.21, tradução nossa).

Na Teoria do Ator-Rede (LATOURE, 2008), os não humanos podem ser atores e não somente simples projeções simbólicas. Ator ou actante é aquele que realiza a escala de análise a partir de um veículo, e a rede são as conexões, os caminhos que conectam os atores, ou seja, que os transportam a uma ação ou coisa, os veículos que ligam, lado a lado, o agregado social local (lugar com menos conexões) ao global (lugar com mais conexões) (LATOURE, 2008).

Nesta teoria da mediação, as escalas de análise micro e macro são igualmente importantes; por isso, o uso do hífen entre as palavras ator e rede (LATOURE, 2008). Assim, a Teoria Ator-Rede busca pavimentar um caminho mediador do local para o global, do contexto para a estrutura (mas sem permitir que o contexto “engula” a estrutura). Na perspectiva latouriana, a informação “não é inicialmente um signo, e sim o ‘carregamento’, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias” (LATOURE, 2004, p.4).

A informação não é um signo, e sim uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que dominamos [sic] muitas vezes forma, mas que, para insistirem [sic] seu aspecto material, eu chamo de inscrição (LATOURE, 2004, p.2).

Para compreender a informação, Latour (2004) afirma que é necessário interessar-se pelas instituições que estabelecem as relações de dominação e pelos

veículos materiais que transportam e carregam as informações. As infraestruturas são artefatos que representam um conjunto de relações e dimensões contextualmente situadas, elas criam e destroem obstáculos, promovem o acesso e a barreira ao acesso, moldam e são moldadas pelo contexto, portanto, elas não são neutras e expressam valores sociais. Além disso, para amplificar e reduzir a informação – que passa por um canal que regula as relações múltiplas de amplificação e redução – é necessária uma competência profissional, que também é um trabalho material (LATOURE, 2004).

Nesta teoria, Latour (2004) utiliza a expressão “centros de cálculo” – canal de comunicação que favorece novas informações e outros canais – para indicar o “[...] momento em que uma inscrição aproveita as vantagens do inscrito, do calculado, do plano, do desdobrável, do acumulável, do que se pode examinar com o olhar” (LATOURE, 2008, p.8), para se tornar comensurável e interligada em uma rede. Centros de cálculo são, por exemplo, meios de transformar uma informação localizada em conhecimento geral, na forma de mapas, estatísticas, etc. (BURKE, 2003). Os centros de cálculo agem como observatório e como orientador estratégico das ações de associação e de interconexão entre as informações, produzindo uma cascata de re-representações da informação que saem da periferia e se deslocam para o centro.

Quando se tem uma informação em mãos, tem-se a *forma* de alguma coisa sem ter a coisa em si [...]. Como sabemos, essas informações (ou formas, ou formulários, ou inscrições – todas essas expressões designam o mesmo movimento e resolvem o mesmo paradoxo) podem ser acumuladas e combinadas nos centros. Mas seu acúmulo tem mais um *subproduto* inesperado. Como não há limite para a cascata de reescritura e re-representação, podem-se obter formas de *enésima* ordem que se combinam com outras formas de *enésima* ordem provenientes de regiões completamente diferentes. São esses novos nexos inesperados que explicam por que as formas importam tanto e por que os observadores da ciência vibram tanto com elas (LATOURE, 2000, p.396).

Aplicando a análise das práticas informacionais, Frohmann (2014) estuda o documento como artefato híbrido, que é “ao mesmo tempo natural, social e discursivo, conforme elaborado pela teoria ator-rede” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.51). Frohmann (2014) se refere ao poder, ou à agência afetiva de atuação das coisas, exercido na conexão com outros elementos para determinar a documentalidade destas, que está associada à materialidade, ao peso e à força de algo para os atores em rede, produzindo documentos derivados capazes de trazer presença a um referente ausente,

demonstrando o domínio do poder informacional. A informação é substituída pelo documento registrado por meios e atores que não são apenas os autorizados previamente por instituições oficiais. “Esse Neo-documentalismo, proposto por Frohmann se caracterizaria mais pela re-significação foucalteana do documentar do que pela substituição da informação pelo documento” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.51).

3 O EMERGENTE REGIME GLOBAL DE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DE BRAMAN

De acordo com Sandra Braman (2004), o emergente regime global de política de informação perpassa historicamente por diversas questões políticas sobre o fluxo global da informação, da comunicação e da cultura. Seu caráter global deve-se ao envolvimento de atores estatais e não estatais, já seu caráter emergente, derivado da teoria dos sistemas adaptativos, é atribuído ao fato de seu conteúdo e de suas características estarem em processo de desenvolvimento.

Sandra Braman (2004; 2006) considera que os Estados-nação e os regimes globais podem ser entendidos como complexos sistemas adaptativos; deste modo, em cada um de seus níveis há comportamentos que não podem ser inferidos a partir dos comportamentos de suas entidades constituintes. Além disso, qualquer alteração em uma entidade ou relacionamento é capaz de alterar outras entidades ou relacionamentos. Segundo esta autora, os sistemas políticos se desenvolveriam dentro de um campo jurídico abrangente, composto por uma ampla variedade de práticas, hábitos culturais, leis formais, modos de organização, instituições e discursos, envolvendo múltiplos atores e subsistemas em constantes mudanças formais e informais de relacionamentos.

Neste contexto, a noção de regime é uma ferramenta de análise teórica que contextualiza e complementa as análises de política de informação, a qual é limitada pelas leis e políticas de criação, processamento, fluxo e uso da informação (BRAMAN, 2006). Assim, o regime compõe um quadro analítico, em equilíbrio dinâmico, para a compreensão ampla e abrangente da política de informação de um sistema geopolítico em determinado campo jurídico e em determinado momento, considerando processos formais e informais nas tomadas de decisão. Os regimes englobam:

- governo (instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas baseadas historicamente);

- governança (instituições formais e informais, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais nas decisões e nos comportamentos daqueles que têm um efeito constitutivo sobre a sociedade); e
- governamentalidade³ (o contexto cultural e social a partir do qual modos de governança surgem e pelo qual são sustentados) (BRAMAN, 2004, p.13, tradução nossa).

No livro “Change of State”, Braman (2006) também utiliza os conceitos de governo, governança e governamentalidade para indicar os campos da política de informação. Para desenvolver a ideia do emergente regime global de política de informação, a autora (2004) recorre ao conceito de campo e à teoria dos sistemas adaptativos. Contudo, é importante destacar que estas categorias não são originárias do pensamento político, pois foram retomadas pelas análises políticas com o intuito de, por exemplo, compreender a natureza do poder (BRAMAN, 2004).

Embora não seja o primeiro nem o único teórico para a compreensão do conceito de campo, Bourdieu é influente para o entendimento deste conceito como uma rede de relações dinâmicas de possibilidades e probabilidades que governa historicamente, a partir de lutas por posições, áreas específicas da vida (BRAMAN, 2004). A noção de campo na obra do autor está relacionada ao conjunto de relações de poder significativas no espaço social, marcadas por um cenário de concorrência, de confronto, de disputas entre concorrentes que não dispõem de um mesmo capital, com a intenção de definir valores que serão legítimos, terão autoridade e afirmação frente aos outros valores. O uso do conceito de campo no pensamento político despontou quando as análises políticas se afastaram da leitura do Estado-nação como um ator autônomo, composto por instituições formais, para se aproximarem da leitura que enfatiza a governança como prática do poder (BRAMAN, 2004).

Já a teoria dos sistemas adaptativos contemporânea, originada das ciências naturais, assume a ideia de que os sistemas interagem constantemente uns com os outros e se modificam de forma imprevisível. A morfogênese que conduz às mudanças a partir dos elementos que compõem o sistema é descrita como autopoietica, mas nem todos os sistemas são autopoieticos (BRAMAN, 2004). Nos sistemas políticos e na

³ Traduzimos “*governmentality*” como “governamentalidade”, devido ao sentido e à ancoragem do pensamento de Braman nas ideias de Foucault. González de Gómez (2011) traduziu o termo “*governmentality*” como “governamentalidade”, depois, como “governabilidade” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a) e, por fim, como “governamentalidade” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019).

política de informação, por exemplo, a ação autônoma dos cidadãos é um elemento capaz de promover mudanças. As transformações nos sistemas podem levar ao caos e/ou a novos equilíbrios, e a aparição destas novas formas é o resultado do caráter emergente dos sistemas, que deve ser analisado no nível do sistema como um todo e não em um nível mais simplista.

Sobre a teoria do regime, Braman (2004) afirma que a formação de um regime é um processo pelo qual novas formas de política emergem no campo do pensamento e da ação política, demandando mudanças em leis e regulamentos. Nas políticas de informação, por exemplo, observa-se o papel desencadeador das inovações tecnológicas e da globalização para promover mudanças e desafios no regime global de política de informação (BRAMAN, 2004).

O conceito de regime na esfera discursiva da política internacional, a qual utiliza as teorias do regime internacional, é apropriado por Braman com o foco na mudança de escala nas questões de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b). Os regimes internacionais podem ser definidos como:

[...] princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricções específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (KRASNER, 2012, p.94 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.52).

A teoria do regime concentra-se nos acordos, nos embates, nos princípios (implícitos e explícitos), nos discursos, nas normas, nas regras, nas práticas, nos hábitos comportamentais que permitem a formação, os efeitos e as mudanças, em suma, a realização, do complexo social. Portanto, a teoria do regime transcende as instituições, os atores e os processos formais, englobando problemas disciplinares, problemas do mundo prático e concepções em nível macro (que abordam, por exemplo, elementos fundamentais das relações internacionais), meso (que se refere aos princípios, às normas e regras e aos procedimentos que convergem as expectativas dos atores) e micro (que considera as ações específicas que governam as instituições sociais). Os

regimes abordam, em um mesmo quadro teórico, cooperação e conflito em estrutura de poder global, destacando as relações de interdependência.

Segundo Braman (2004), o emergente regime global de política de informação possui características explícitas que são “consensualmente aceitas” pelas partes do regime: a transparência como meta política; a inclusão da compreensão do princípio de redes aos mercados e às organizações, como estruturas sociais que necessitam de regulação; a aceitação da responsabilidade compartilhada da governança informacional entre os setores públicos e privados; e o poder informacional como forma dominante de poder (BRAMAN, 2004). Por outro lado, existem características inter-relacionadas que não são consensuais e isto é o que atribui a característica de emergente a este regime (BRAMAN, 2004).

Entre as características que disputam dominação, podem ser citadas as diferentes concepções e entendimentos sobre os usos da informação (informação como: *commodity*; recurso; bem primário; bem secundário; percepção de padrão; manancial de possibilidades; agente; força constitutiva da sociedade; propriedade; bem comum; algo privado; algo público) (BRAMAN, 2004; 2006). Os usos possíveis de informação para propósitos políticos explicitam as dimensões e os valores a serem considerados pelos formuladores das políticas, mas, por outro lado, as tipologias conceituais para a informação envolvem uma simplificação a qual nem sempre deixa claros os limites entre uma tipologia e outra. Deste modo, as características que ainda não estão bem definidas e possuem um forte componente político em suas escolhas variam de acordo com o nível de complexidade da estrutura social e do estatuto político da informação; com a escala (nacional e internacional) e a agência (Estado, sociedade e Estado/sociedade); e com a unidade de análise (categorias mais ou menos refinadas e descritivas) do processo social e informacional. Isto se aplica, por exemplo, à escolha para a definição da informação, que precisa considerar o ambiente contextual e político de sua aplicação.

4 REGIMES DE INFORMAÇÃO E DE VALOR EM EKBIA

Hamid Ekbia (2009) considera que a ação humana deve ser examinada a partir do contexto. Todavia, a noção comum de contexto como um “recipiente” onde a ação ocorre e pode ser explicada é limitada frente ao caráter dinâmico, incerto e

interpretativo das relações entre contexto e ação, entre instituições e indivíduos. Para superar esta limitação, este autor indica que é necessário compreender a ação humana como diferentes formas de justificação e de avaliação.

A filosofia pragmática, especialmente através do pensamento do norte-americano John Dewey (1931, apud EKBIA, 2009), destacou o aspecto indeterminado, problemático, ambíguo e conflitivo da noção de “situação”. O aspecto problemático da “situação” deve ser resolvido, segundo Dewey (1931, apud EKBIA, 2009), pelo exercício de controle sob a discriminação seletiva de qualidades e evidências efetivas do significado da relevância. A relevância não seria algo inerente à “situação”, seria uma representação do acúmulo natural de qualidades a partir da impressão seletiva do indivíduo em determinado contexto.

Sobre a noção de contexto, Dewey (1931, apud EKBIA; EVANS, 2009) considera que ele é composto por dois componentes principais: a experiência (“*background*”), que é espacial e temporal (no aspecto temporal, ela pode ser intelectual e existencial) e os interesses seletivos (“*selective interest*”), que condicionam o pensamento. Deste modo, as impressões individuais no contexto são o que determina a relevância de algo.

Para explicar as diferentes formas e significados que a informação adquire nas diversas situações, Ekbia (2009) utiliza o termo “regime de informação”, o qual, segundo o autor, é definido e desenvolvido a partir das ideias de Garfinkel e Rawls (2015), Boltaski e Thévenot (2006) e Buckland (1991).

Os comportamentos e as decisões individuais frente às fontes de informação são diversos e incertos, ocorrendo uma forte influência do modo de percepção, confiabilidade e acessibilidade das fontes de informação e do apelo histórico e de autoridade das redes sociais nas quais o sujeito está inserido. Além disso, cabe destacar o papel dos interesses, dos recursos e das experiências prévias dos sujeitos no comportamento pela busca de informações. Mas o argumento de Ekbia (2009) sobre a diversidade de ações de informação gira em torno do contexto das situações e de suas ordens de prática constitutiva, portanto, a diversidade, para o autor, não está relacionada principalmente ao comportamento individual.

Este argumento tem por base as ideias de Harold Garfinkel e Anne Rawls (2015), os quais consideram que a informação é constituída pelos aspectos da ordem social em que se encontra (criada nas práticas rotineiras e diárias das pessoas) e não é apenas

interpretada ou simbolicamente representada ou trocada. Para desenvolver esta compreensão situada da informação como algo criado na prática social (e não apenas como algo a ser usado), Ekbia (2009) utiliza as ideias de “mundos” de Boltanski e Thévenot (2006). A visão situada da informação já havia sido sugerida por Buckland (1991), que considerou a informação como coisa informativa, que tem por característica básica ser situacional, estabelecida a partir de acordos e consensos.

Na Sociologia econômica, Boltanski e Thévenot (2006) propuseram um modelo geral para compreender as relações entre acordos e discórdias circunstanciais que justificam as tomadas de decisão coletiva e individual. Neste modelo, eles identificaram seis mundos: mundo da inspiração, mundo doméstico, mundo da fama, mundo cívico, mundo mercadológico e mundo industrial. Cada um destes mundos, segundo os autores, é regido por regimes de valor – diferentes formas de avaliar pessoas e objetos. A determinação do valor em cada mundo pode ser verificada no quadro 1.

Quadro 1: Os significados da informação a partir dos seis “mundos” e de suas determinações de valores

“Mundo”	Determinação do valor	Significado da informação
Inspiração	Espontaneidade, originalidade, criatividade	Intuição
Doméstico	Educação, caráter, costumes	Evidência sob julgamento, um modelo
Fama	Opinião alheia, identificação pessoal	Mensagem acessível e pública para um grande público
Cívico	Solidariedade, associação, interesse coletivo e sentimento de pertencimento ao grupo	Fontes documentais, que informam para a tomada de decisão
Mercadológico	Capacidade de satisfazer desejos	<i>Commodity</i> : as coisas são informativas ao representar valor monetário no contexto do mercado
Industrial	Eficiência, a performance e a produtividade	Dado de medição processado e reunido de forma significativa

Fonte: desenvolvida pelos autores, a partir dos trabalhos de Boltanski e Thévenot (2006) e Ekbia (2009).

Ekbia (2009) defende que as diferentes fontes de informações recebem tratamentos diferentes, devido aos seus pertencimentos aos mundos distintos, propostos por Boltanski e Thévenot. As fontes de informação em cada mundo estabelecem quadros de consensos, que possuem diferentes regimes de valor. Segundo Ekbia (2009), estes mundos distintos incorporam vários regimes de informação – significados distintos os quais a informação adquire nos diferentes mundos – que consideram e situam a prática social de quem usa a informação.

Apropriando-se das ideias de mundos de Boltanski e Thévenot, Ekbia (2009) descreve os diferentes regimes de informação a partir dos diversos regimes de valor de cada mundo. O significado da informação nestes regimes também pode ser visualizado no quadro 1.

A partir da atribuição de significado à informação considerando o valor que determina cada um dos mundos, Ekbia (2009) demonstrou como a informação assume diferentes significados derivados das práticas sócio-materiais de seu uso. Os regimes de informação, para este autor, seriam as diferentes formas que os objetos e as práticas são representadas e se figuram, a partir do modo como as pessoas avaliam as várias formas de informação em diferentes situações e contextos.

Ekbia (2009) assume que existem semelhanças entre a noção de regimes de informação e a noção foucaultiana de regimes de verdade. Michel Foucault (1979) explica que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Portanto, aquilo que é considerado conhecimento é uma produção histórica, resultado das lutas de dominação entre saberes. Deste modo, para apreender o conhecimento, é necessário aproximar-se das relações de luta e de poder (FOUCAULT, 2010). O conhecimento é sempre parcial, oblíquo, perspectivo, uma “relação estratégica em que o homem se encontra situado” (FOUCAULT, 2010, p.25).

Embora identifique a existência de semelhanças entre as noções de regimes de informação e de regimes de verdade, Ekbia (2009) destaca que estas diferem em estrutura e em escopo:

[...] Foucault usa regimes de verdade para discutir as questões amplas da circulação do conhecimento-poder através das condutas tecnocientíficas da sociedade contemporânea. Os regimes de informação, por outro lado, lidam com as práticas situadas do cotidiano envolvidas na criação e troca de informações. Além disso, as duas noções dissecam a sociedade em diferentes conjunturas: a primeira na formação de fronteiras institucionais (ver Ekbia e Kling 2003), e a última no que Boltanski e Thévenot chamaram de "mundos" ou "políticas" (EKBIA, 2009, tradução nossa).

5 GONZÁLEZ DE GÓMEZ E O MODO INFORMACIONAL DOMINANTE

González de Gómez (1999), ao discutir o conceito de informação, aponta que não há um sentido único para conceituá-la – são incompletas as definições que “ontifiquem” o conceito de informação – e que o fenômeno, o processo ou a construção informacional estão vinculados a várias camadas ou estratos de realização e a uma complexa rede semântica, que não se resume a um termo. A autora opta por estudar estes estratos considerando suas interconexões, assimetrias e articulações, e a partir dos questionamentos dos aspectos decisórios e seletivos das práticas e ações de informação.

Neste sentido, ações de informação são aquelas que determinam qual é o caso em que a informação é o caso (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). A seletividade das ações de informação e sua característica de agregar e desagregar valor à informação remetem à constante genérica apresentada anteriormente, na qual o que se designa como informação é a priori indeterminado, mas é, em seguida, organizado por molduras normativas, por horizontes hermenêuticos de uma cultura, etc. Portanto, as ações de informação só podem ser estabelecidas em contextos determinados e variam de acordo com o agente (individual ou coletivo), podendo ser vistas como os conceitos de regras (abordagem semântica), de contratos (perspectiva metainformacional) e de modelos (ponto de vista dos artefatos de informação).

González de Gómez (1999) analisa a relação entre ações sociais e ações de informação e observa que a Ciência da Informação delimitaria seu espaço de estudo na convergência dos contextos da comunicação, do conhecimento e da ação. A autora analisa também os sujeitos envolvidos nesta relação e discute os conceitos de “redes”, “sistemas” e “dispositivos”, relacionando os últimos à sua visão sobre os regimes de informação.

No livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979), Alain Grosrichard questiona Foucault sobre qual é o sentido e a função metodológica do termo dispositivo. Foucault (1979) explica que dispositivo é um conjunto heterogêneo de elementos discursivos, ou não, que formam uma rede, o qual possui uma função de estratégia dominante em um determinado momento histórico. Ele ainda explica que a gênese de um dispositivo possui dois momentos fundamentais: o da predominância de um objetivo estratégico e o do duplo processo de sobredeterminação funcional (rearticulação dos elementos

heterogêneos contraditórios) e de preenchimento estratégico (reutilização de um efeito inesperado do dispositivo, transformando-o em estratégia).

Inscrito em um jogo de poder (feixe aberto de relações mais ou menos coordenadas), os dispositivos sustentam estratégias de relações de forças e são também sustentados por estas (FOUCAULT, 1979). Foucault (2014) atribui três sentidos para a palavra estratégia: escolha dos meios para alcançar um fim; maneira para buscar obter vantagem sobre o outro; conjunto de procedimentos mobilizados para um enfrentamento. Ao primeiro sentido, o autor chama de “estratégia de poder” os meios utilizados para manter-se um dispositivo de poder, bem como os mecanismos utilizados nas relações de poder (FOUCAULT, 2014).

A palavra “dispositivo”, segundo a hipótese de Giorgio Agamben (2005), é “um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault” (AGAMBEN, 2005, p.9). Contudo, Foucault não desenvolveu uma definição própria para o termo (AGAMBEN, 2005) e é através da apreciação da sua fala em uma entrevista de 1977, que Agamben (2005) compreende “dispositivo” como a representação de uma rede (algo geral) entre elementos heterogêneos, a qual possui uma função estratégica dentro de uma relação de poder. Neste sentido, Agamben define dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN 2005, p.13). Cada dispositivo traria consigo “um desejo humano de felicidade e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo” (AGAMBEN, 2005, p.14).

A partir do conceito de dispositivo, González de Gómez (1999) afirma que os recursos de informação, uma vez considerados como dispositivos, revelam as trajetórias e deslocamentos do poder informacional e indica que um regime de informação abarca “n” dispositivos de informação. Assim, o regime de informação é uma ferramenta para analisar transversalmente (podendo variar as escalas de análise e as agências) as especificidades do

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo

tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.43).

A elaboração do conceito de “regime de informação” por González de Gómez recebeu as contribuições de “outras abordagens que mantêm [sic], entre si, algumas ‘semelhanças de família’. Eles [elas] são: O ‘modo de informação’ de Poster (1987); o ‘regime global de informação’ de Sandra Braman (2004) e o ‘regime de informação’, de Bernd Frohmann (1995)” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p.3). Além dessas contribuições, podemos citar os “regimes pragmáticos de *engagement*, de Thévenot (2001)” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015, p.353), os regimes de valor, de Boltanski e Thévenot, e a conceitualização de Ekbia dos plurais e flexíveis regimes de informação, constituídos por sujeitos situados e por práticas contextualizadas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015).

González de Gómez (2018) aponta que as abordagens que exploram o conceito de regime de informação são marcadas por um pluralismo epistemológico que favorece uma maior liberdade analítica e descritiva para a reconstrução de ações, sistemas, recursos e tecnologias de informação.

O conceito de “regime de informação” oferece algumas soluções interessantes para os estudos da informação: primeiro, não implica determinações a priori acerca de qual seja o contexto preferencial para o entendimento das questões da informação, podendo ser político, econômico, epistêmico ou cultural; segundo, remete a um “modo” informacional antes que a entidades, funções ou atributos, permitindo indagar, em uma mesma ordem inicial de significância, sistemas, redes, instituições, atores, ações, discursos e meios (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p.164).

Os novos cenários informacionais requerem, segundo González de Gómez (2002), novas categorias de análises e de procedimentos metodológicos. Por isso, esta autora opta pelo conceito de regime de informação para designar o modo específico e dominante de produção informacional de uma sociedade, caracterizado pela complexidade, pelo conflito e por efeitos não claramente definidos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). O regime de informação aproxima-se do conceito de dispositivo por partilhar uma ancoragem estratégica dos modos de acontecer. Como um modo de acontecer (prática) do campo informacional, o regime de informação é uma ferramenta

(instrumento útil) transversal de análise de diferentes escalas, que indica critérios de valor e de acontecimentos associados à informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na produção de cada um dos autores aqui estudados, ressaltamos particularidades dos diferentes conceitos de regime de informação e algumas abordagens teóricas que ancoraram suas visões e contribuíram para os contornos teóricos que González de Gómez empresta ao conceito. Absorvendo, ao longo de duas décadas, considerações de Foucault, Frohmann, Braman, Ekbis e outros autores (como Mark Poster e seus “modos de informação”, não apresentados aqui por conta do recorte proposto), González de Gómez destrincha, transversalmente, as nuances e genealogias de seus regimes de informação, sintetizando o entendimento de tal conceito como uma espécie de “recurso interpretativo” para abordar as relações entre informação, política e poder – ou, conforme o espírito filosófico da autora, “um instrumento para fazer novas perguntas, mais que um recurso de provisão de respostas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.57).

Os vinte anos de pesquisa e produção científica de Maria Nélida González de Gómez sobre regime de informação garantem à autora o devido reconhecimento pelo pioneirismo, desenvolvimento e divulgação do conceito no Brasil. Como resultado, suas reflexões têm fomentado novas pesquisas no campo da Ciência da Informação, como, por exemplo, as perspectivas teóricas que promovem uma aproximação entre a noção de regime de informação e a teoria crítica (BEZERRA, 2018). O conceito, portanto, não é algo posto e acabado, estando, antes, disponível na academia de saberes da Ciência da Informação para novas reflexões e futuros desdobramentos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n.5, p.9-16, 2005.

BEZERRA, Arthur Coelho. Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p.179-194.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification: Economies of worth**. Princeton (EUA): Princeton University Press, 2006.

BRAMAN, Sandra. **Change of state: Information, policy, and power.** Cambridge, MA: The Mit Press, 2006.

_____. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.). **The emergent global information policy regime.** New York: Palgrave Macmillan, 2004. p.12-37.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

EKBIA, Hamid R. Information in action: A situated view. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v.46, n.1, p.1-11, 2009.

EKBIA; Hamid R.; EVANS, Tom P. Regimes of Information: Land Use, Management, and Policy. **The Information Society**, v.25, p.328–343, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2010. p.3-26.

_____. **Microfísica do poder.** Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Sem paginação. Disponível em:
<https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

_____. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade.** Coleção Ditos e Escritos. v.IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p.118-140.

FROHMANN, Bernd. **Document, Index, Trace, and Death: Briet's Antelope Lessons.** Trabalho apresentado em 25 de fevereiro de 2014 no Culture and Technology Lecture Series, no McLuhan Program in Culture and Technology, na Faculdade de Informação, da Universidade de Toronto, 2014. Disponível em:
<https://www.academia.edu/14052442/Document_Index_Trace_and_Death_Briet_s_Antelope_Lessons_February_25_2014>. Acesso em: 9 ago. 2019.

_____. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings...** Alberta, 1995. Disponível em: <<https://sites.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

GARFINKEL, Harold; RAWLS, Anne Warfield. **Toward a sociological theory of information.** Nova York (EUA): Routledge, 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões da informação. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v.8, n.14, 2012a.

_____. Ciência da informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. 1ed. Brasília: IBICT; UNESCO, 2007. p.149-183.

_____. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.183-210.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p.27- 40, 2002.

_____. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-31, 1999.

_____. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.29, n.1, p.137-158, jan./mar., 2019.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.22, n.3, p.43-60, set./dez., 2012b.

_____. Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v.3, número especial, p.9-29, nov. 2018.

_____. Validade científica: da epistemologia à ética e à política. **Liinc em Revista**, v.11, n.2, p.339-359, 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008. p.1-14.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. Trad. Marcela Mortara. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/64-JACOB-BIBAL-POR.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

_____. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. 1ª ed. Buenos Aires: Manantial, 2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.